

Ainda a alimentação DOS OPERÁRIOS

DE todos os artigos que até hoje escrevemos, raros terão despertado tanto interesse como aquele em que falamos da alimentação dos operários. Várias foram as entidades que nos deram a honra do seu aplauso, e bastantes os operários que nos escreveram a manifestar a profunda ansiedade dos trabalhadores em serem resolvidos este e outros problemas. De tudo facilmente se conclui que as medidas mais ou menos já anunciadas pelo Governo correspondem a um imperativo da consciência nacional e, por isso mesmo, virão a ser acolhidas com geral simpatia. Reacções, obstáculos, críticas e «sabotagens», há-de havê-los sempre da parte daqueles que defendem a teoria do quanto pior melhor, e, sobretudo, da parte de muitos que terão de ceder um pouco dos seus privilégios em favor do bem comum. Mas os obstáculos existem para que os vençamos valorosamente, e não para nos deixarmos por eles vencer. Voltamos, portanto, à carga, certos de que assim prestaremos culto à Justiça social e ajudaremos a prestar um grande serviço à Nação.

Uma das cartas recebidas foi-nos enviada pela Comissão Administrativa de Assistência Social do Comando Distrital do Porto, da Legião Portuguesa. Entre muitas outras coisas, informa-nos ela de que os seus Serviços «estão fornecendo diariamente 12 mil refeições e sopas, e que parte dessas refeições são adquiridas por empresas fabris do Porto, Matozinhos e Gaia que as servem aos seus operários, ou gratuitamente ou por um custo insignificante; uma outra parte é adquirida pela Obra das Mães pela Educação Nacional, pela Direcção Geral da Assistência, pela Assistência do Governo Civil e por alguns Sindicatos; e ainda há uma terceira parte que é vendida directamente nas nossas oito cantinas, às pessoas que habitualmente ali fazem as suas refeições.» Informa-nos ainda a referida carta de que, sem grande esforço, poderiam aumentar em mais alguns milhares as refeições e as sopas.

Já aqui dissemos a nossa opinião a este respeito, isto é, de que o problema da alimentação dos operários não era o problema social, mas apenas uma pequena parcela dele, como não o é tampouco o aumento de salários. Uma e outra coisa são passos em frente—passos que é preciso dar, porque parados não se anda.

A Comissão Administrativa de Assistência Social da Legião Portuguesa, no Porto, abriu, neste capítulo, arrojadamente, a caminhada. Bem haja por isso. Mas não pode seguir sozinha ou acompanhada apenas por uma minoria de boas vontades. Temos de caminhar todos no mesmo rumo. E se ele é agora, por determinação superior, o da resolução imediata do problema alimentar dos trabalhadores—quere dizer, da grande força criadora da riqueza nacional—que os esforços de todos se unam num só grande esforço colectivo, e depressa novos passos poderão dar-se para a paz social.

Venham hoje, efectivamente, defender com particular interesse o catolicismo. Mas o catolicismo não é uma coisa vaga ou imprecisa, espécie de vazadoiro de todos os desmandos intelectuais ou ruins tendências doutrinárias, nem sequer uma bandeira de colectividade que sirva para cobrir todos os cadáveres. Pelo contrário, é uma doutrina de Vida, com um código bem definido de moral, com um programa bem claro de Justiça, com uma lei bem precisa de amor fraterno, com uma disciplina bem concreta, e um chefe bem conhecido, o actual Pontífice Pio XII.

Falando ao mundo inteiro, no quinto aniversário desta guerra, o Santo Padre, dirigiu-se em termos vigorosos aos fiéis, ordenando-lhes, a homens e mulheres, o dever de colaborar, «embora isso lhes viesse a custar notáveis sacrifícios e renúncias», na arrancada para a Justiça social de que devem ter fome e sede todos os verdadeiros discípulos de Cristo.

«Arrancada para a Justiça social», são as próprias palavras do Pontífice, que ele prevê seja feita universalmente pelos homens de boa vontade, e na qual ordena que colaborem todos os fiéis, sem distinção de idades ou sexo.

É uma espécie de nova Cruzada, não já para arrancar aos infiéis as terras banhadas pelo sangue de Cristo, mas para arrancar à fome e à miséria, à doença e à morte prematura, todos os nossos irmãos, quaisquer que sejam os seus ideais ou preferências.

Nova Cruzada, toda feita de sacrifícios e de renúncia—sacrifício do nosso egoísmo, renúncia de privilégios sociais. Mas, se nas Cruzadas antigas se pedia o sacrifício da família para partir para terras longínquas, e o sacrifício da vida para combater os usurpadores, parece não constituir demasiada exigên-

cia pedir hoje «notáveis renúncias», para restabelecer no mundo a Justiça e a Paz.

O problema da alimentação dos trabalhadores foi o primeiro grande chamamento ao combate pela solidariedade social de todos nós. Fê-lo o Estado, no uso dos seus plenos direitos e no cumprimento dos seus mais estritos deveres. Se é um passo em frente na arrancada para a Justiça social, todos os que usam o nome de cristãos, por autoridade incontestada do Supremo Comando das hostes da Igreja, devem considerar-se duplamente mobilizados. Fazer o contrário, é desertar do dever, e trair a doutrina que dizem professar... para que os outros a cumpram.

Já um dia escrevemos da verdadeira traição daqueles que se cobriam com o título de cristãos ou de católicos para mais facilmente tripudiar sobre a miséria dos fracos. A todos esses repetimos as palavras vigorosas da Escritura: «porque os pobres erguer-me-ei, diz o Senhor, para deixar os ímpios por terra, com um simples sópro».

Estamos, porém, certos de que não faltará ao cumprimento dos seus deveres nenhum dos que sinceramente se dizem cristãos, e de que, portanto, o problema da alimentação dos operários, tornado cruzada nacional, será em breve uma esplêndida realidade, a fim de, sobre ela, firmarmos os passos nessa arrancada definitiva para a Justiça social, de que devemos sentir fome e sede, no mais profundo da nossa alma cristã.

ABEL VARZIM